

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em janeiro de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de janeiro de 2024 apresentou um superávit primário de R\$ 77,9 bilhões nas contas do governo central, ante um superávit primário de R\$ 82,5 bilhões em igual período do ano passado, em valores de janeiro de 2024. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 236,1 bilhões nesse mês, crescimento de 2,3% em termos reais, comparativamente a janeiro de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 158,3 bilhões, acréscimo de 6,7% na mesma base de comparação. No acumulado em doze meses até janeiro deste ano, em valores de janeiro de 2024, o déficit primário está em R\$ 236,4 bilhões, ante o superávit de R\$ 49,4 bilhões no mesmo período terminado em janeiro de 2023.

Em janeiro, a receita total apresentou um crescimento real de 3,6%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês do ano passado. Isso se deu em função das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que cresceram 5,8% (R\$ 10,8 bilhões) no período, bem como do aumento de arrecadação de receitas previdenciárias do regime geral de previdência social (RGPS), com alta de 9,3% (R\$ 4,5 bilhões), superando a queda de 16,4% (R\$ 5,7 bilhões) da arrecadação de receitas não administradas pela RFB. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou crescimento de 2,3% (R\$ 5,4 bilhões). No acumulado em doze meses até janeiro, a receita total registrou uma variação real negativa de 2,7%, somando uma queda real de R\$ 67,9 bilhões, fortemente impactada pela queda na arrecadação das receitas não administradas pela RFB – que tiveram no período um decréscimo de 22,9%, redução real de R\$ 95,3 bilhões – e pelas receitas administradas pela RFB – com retração de 0,4% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 5,9 bilhões –, ao passo que a receita líquida do RGPS acumulou um crescimento real de 5,8%, no montante de R\$ 33,4 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, como supracitado, janeiro registrou acréscimo real de 6,7% relativamente ao mesmo mês de 2023. Ainda na tabela 1, no acumulado em doze meses até janeiro, a despesa teve um crescimento real de R\$ 242,1 bilhões (12,5%) em relação ao mesmo período do ano passado.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 09 de fevereiro de 2024.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/01/240112_cc_62_nota_1.pdf.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

| Período | Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jan./2024) | | Taxa de variação (%) | Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jan./2024) | | Taxa de variação (%) |
|---|---|----------------|----------------------|--|------------------|----------------------|
| | jan./2023 | jan./2024 | | Até jan./2023 | Até jan./2024 | |
| 1-Receita Total | 269.040 | 278.611 | 3,6 | 2.478.828 | 2.410.973 | -2,7 |
| 1.1 - Receita Administrada pela RFB | 185.798 | 196.622 | 5,8 | 1.487.405 | 1.481.505 | -0,4 |
| 1.2 - Incentivos Fiscais | - | - | - | -60 | -79 | -32,9 |
| 1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS | 48.309 | 52.781 | 9,3 | 575.711 | 609.084 | 5,8 |
| 1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB | 34.933 | 29.208 | -16,4 | 415.773 | 320.463 | -22,9 |
| 2. Transf. Por Repartição de Receita | 38.304 | 42.463 | 10,9 | 489.851 | 465.722 | -4,9 |
| 3. Receita Líquida (1-2) | 230.735 | 236.148 | 2,3 | 1.988.977 | 1.945.251 | -2,2 |
| 4. Despesa Total | 148.274 | 158.270 | 6,7 | 1.939.607 | 2.181.674 | 12,5 |
| 4.1 Benefícios Previdenciários | 65.539 | 68.430 | 4,4 | 854.445 | 920.132 | 7,7 |
| 4.2 Pessoal e Encargos Sociais | 29.798 | 30.586 | 2,6 | 359.866 | 371.757 | 3,3 |
| 4.3 Outras Despesas Obrigatórias | 22.614 | 26.994 | 19,4 | 320.504 | 368.278 | 14,9 |
| 4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira | 30.323 | 32.259 | 6,4 | 404.792 | 521.507 | 28,8 |
| 5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4) | 82.462 | 77.878 | -5,6 | 49.370 | -236.423 | -578,9 |

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em janeiro foi registrado um crescimento real de R\$ 10,8 bilhões (5,8%) em relação ao mesmo mês do ano passado. O bom desempenho das receitas administradas foi impactado pelo aumento de arrecadação do Imposto de Renda (IR) – R\$ 2,7 bilhões (2,6%); da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – R\$ 6,5 bilhões (25,5%); e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – R\$ 2,6 bilhões (8,9%). As receitas não administradas pela RFB apresentaram forte queda de arrecadação em janeiro, quando comparadas com o mesmo período de 2023, com destaque para a queda de R\$ 6,6 bilhões nas receitas com dividendos e participações, em função do pagamento de dividendos da Petrobras em janeiro de 2023, no montante de R\$ 6,6 bilhões, sem contrapartida em janeiro deste ano.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

| Período | Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jan./2024) | | Taxa de variação (%) | Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jan./2024) | | Taxa de variação (%) |
|---|---|----------------|----------------------|--|------------------|----------------------|
| | jan./2023 | jan./2024 | | Até jan./2023 | Até jan./2024 | |
| 1-Receita Total | 269.040 | 278.611 | 3,6 | 2.478.828 | 2.410.973 | -2,7 |
| 1.1 - Receita Administrada pela RFB | 185.798 | 196.622 | 5,8 | 1.487.405 | 1.481.505 | -0,4 |
| 1.1.01 Imposto de Importação | 5.135 | 5.490 | 6,9 | 62.351 | 55.727 | -10,6 |
| 1.1.02 IPI | 5.098 | 5.138 | 0,8 | 62.691 | 60.576 | -3,4 |
| 1.1.03 Imposto de Renda | 103.352 | 106.058 | 2,6 | 723.604 | 713.927 | -1,3 |
| 1.1.04 IOF | 5.644 | 5.168 | -8,4 | 63.536 | 62.724 | -1,3 |
| 1.1.05 Cofins | 25.481 | 31.976 | 25,5 | 293.455 | 305.430 | 4,1 |
| 1.1.06 PIS/Pasep | 8.655 | 9.416 | 8,8 | 86.319 | 87.232 | 1,1 |
| 1.1.07 CSLL | 28.924 | 31.495 | 8,9 | 163.479 | 154.834 | -5,3 |
| 1.1.09 CIDE Combustíveis | 2 | 244 | 13.114,5 | 1.532 | 1.463 | -4,5 |
| 1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB | 3.508 | 1.637 | -53,3 | 30.438 | 39.592 | 30,1 |
| 1.2 - Incentivos Fiscais | - | - | - | -60 | -79 | -32,9 |
| 1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS | 48.309 | 52.781 | 9,3 | 575.711 | 609.084 | 5,8 |
| 1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB | 34.933 | 29.208 | -16,4 | 415.773 | 320.463 | -22,9 |
| 1.4.1 Concessões e Permissões | 754 | 94 | -87,6 | 49.878 | 8.336 | -83,3 |
| 1.4.2 Dividendos e Participações | 6.592 | 0 | -100,0 | 98.916 | 44.420 | -55,1 |
| 1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor | 1.289 | 1.584 | 22,9 | 18.277 | 18.041 | -1,3 |
| 1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais | 17.566 | 16.856 | -4,0 | 139.173 | 114.705 | -17,6 |
| 1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82) | 2.108 | 506 | -76,0 | 22.818 | 19.943 | -12,6 |
| 1.4.6 Contribuição do Salário Educação | 2.471 | 2.594 | 5,0 | 29.229 | 31.538 | 7,9 |
| 1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01) | 0 | 0 | - | 92 | 103 | 12,0 |
| 1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB | 4.152 | 7.575 | 82,4 | 57.390 | 83.377 | 45,3 |
| 2. Transf. Por Repartição de Receita | 38.304 | 42.463 | 10,9 | 489.851 | 465.722 | -4,9 |
| 3. Receita Líquida (1-2) | 230.735 | 236.148 | 2,35 | 1.988.977 | 1.945.251 | -2,2 |

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

No acumulado em doze meses, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 67,9 bilhões (-2,7%). As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, com queda de R\$ 41,5 bilhões (-83,3%), seguidas pela retração de R\$ 54,5 bilhões (-55,1%) em dividendos e de R\$ 24,5 bilhões (-17,6%) na exploração de recursos naturais.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que em janeiro houve um aumento real em relação ao mesmo mês de 2023 de R\$ 10 bilhões (6,7%), impactado por pagamento de despesas com previdência social – R\$ 2,9 bilhões (4,4%); Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia (Loas/RMV) – R\$ 1,2 bilhão (16,1%); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – R\$ 1,5 bilhão (21,5%); subsídios, subvenções e Proagro – R\$ 1,1 bilhão (65,3%); e pelas despesas discricionárias – R\$ 1,2 bilhão (23%).

As despesas totais, no acumulado em doze meses até janeiro, tiveram um crescimento real de R\$ 242,1 bilhões (12,5%). Os principais itens com expressivo crescimento real foram benefícios previdenciários – R\$ 65,7 bilhões (7,7%); pessoal e encargos sociais – R\$ 11,9 bilhões (3,3%); precatórios – R\$ 53,7 bilhões (291,7%); despesas obrigatórias com controle de fluxo – R\$ 92,6 bilhões (38,4%); e despesas discricionárias – R\$ 24,1 bilhões (14,8%).

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

| Período | Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jan./2024) | | Taxa de variação (%) | Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jan./2024) | | Taxa de variação (%) |
|--|---|----------------|-------------------------|--|------------------|-------------------------|
| | jan./2023 | jan./2024 | | Até jan./2023 | Até jan./2024 | |
| 4. DESPESA TOTAL | 148.274 | 158.270 | 6,7 | 1.939.607 | 2.181.674 | 12,5 |
| 4.1 Benefícios Previdenciários | 65.539 | 68.430 | 4,4 | 854.445 | 920.132 | 7,7 |
| 4.2 Pessoal e Encargos Sociais | 29.798 | 30.586 | 2,6 | 359.866 | 371.757 | 3,3 |
| 4.3 Outras Despesas Obrigatórias | 22.614 | 26.994 | 19,4 | 320.504 | 368.278 | 14,9 |
| 4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego | 4.045 | 4.864 | 20,3 | 68.118 | 75.305 | 10,6 |
| 4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV | 7.246 | 8.415 | 16,1 | 84.866 | 95.749 | 12,8 |
| 4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC) | 165 | 154 | -6,6 | 46.527 | 2.827 | -93,9 |
| 4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha | 0 | 0 | - | 2.819 | 0 | -100,0 |
| 4.3.05 FUNDEB (Complem. União) | 7.094 | 8.622 | 21,5 | 36.810 | 39.878 | 8,3 |
| 4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital) | 996 | 996 | -0,1 | 16.308 | 17.691 | 8,5 |
| 4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020 | 347 | 332 | -4,3 | 4.240 | 4.056 | -4,3 |
| 4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) | 226 | 265 | 17,3 | 18.409 | 72.104 | 291,7 |
| 4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro | 1.713 | 2.831 | 65,3 | 14.878 | 23.194 | 55,9 |
| 4.3.10 Impacto Primário do FIES | 179 | 0 | -100,0 | 642 | 1.469 | 128,9 |
| 4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias | 603 | 516 | -14,4 | 26.887 | 36.004 | 33,9 |
| 4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira | 30.323 | 32.259 | 6,4 | 404.792 | 521.507 | 28,8 |

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Maria Andréia Parente Lameiras (Editora substituta)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Andreza Aparecida Palma

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Felipe dos Santos Martins

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
